

EDMAR Lyra



MDB forma unidade e busca ampliar tamanho em 2024

O MDB de Pernambuco sofreu um processo de estagnação nos últimos anos, especialmente após a ascensão do PSB ao Palácio do Campo das Princesas em 2006, apesar disso o partido manteve importantes espaços de poder com as duas vitórias de Jarbas Vasconcelos para o Senado em 2006 e 2018 e de Raul Henry como vice-governador em 2014.

Nas eleições de 2022 o partido não elegeu um único deputado estadual e trocou sua representação na Câmara dos Deputados de Raul Henry para Iza Arruda. A legenda nacionalmente também havia sofrido um baque com a diminuição na Câmara dos Deputados mas reverteu a tendência de queda com a eleição de 47 deputados federais.

No último sábado o partido reconduziu o ex-deputado federal Raul Henry na presidência estadual, tendo o senador Fernando Dueire como vice-presidente e a deputada federal Iza Arruda como tesoureira. A nova direção terá um processo decisório colegiado, ou seja, qualquer posição partidária demandará o aval de toda a executiva partidária.

Com o fim da hegemonia do PSB no estado, muitos prefeitos e lideranças políticas deverão buscar legendas mais ao centro, e o MDB poderá ser o destino de alguns políticos que se preparam para as eleições municipais, é apostando nisso que os dirigentes da legenda implementarão um ritmo de encontros e diálogos com lideranças para fortalecer o partido em 2024.

Vale ressaltar que se o partido quiser pensar numa maioria em 2026, quando estará se encerrando o mandato de Jarbas Vasconcelos/Fernando Dueire, terá que fazer o dever de casa para montar chapas competitivas para estadual e federal, e um bom desempenho nas eleições municipais será meio caminho andado para a legenda se fortalecer no pleito estadual.

Conferência

A vice-prefeita do Recife, Isabella de Roldão, que está em Nova York para participar da Conferência da Água 2023, promovida pela ONU nos dias 22 e 24 de março, tem agenda nesta terça com a Cônsul Geral do Brasil em Nova York, Maria Nazareth Farani Azevedo. Na ocasião, Isabella visitará o Espaço da Mulher Brasileira, que fica no Consulado, tem o objetivo de prestar apoio às mulheres brasileiras imigrantes vítimas de violência doméstica. O Espaço é o terceiro do tipo no mundo.

ENCONTRO > O CRO-PE, em parceria com a ALEPE, promoveu o II Encontro de Gestores do SUS. O evento reuniu os coordenadores de Saúde Bucal do Estado de Pernambuco para discutir políticas públicas da saúde bucal. A programação contou com a palestra do Professor da Universidade de Brasília, e responsável pela implantação do Brasil Sorridente Gilberto Pucca, do senador Humberto Costa, e de representantes dos Conselhos Regionais de Odontologia de todo Brasil.

TCE > Nos bastidores, há uma expectativa sobre quem será o nome para suceder a conselheira Teresa Duere que deixa o órgão em julho. Única mulher naquela corte, há uma corrente para que o nome escolhido seja uma mulher e a aposta da vez é a vice-governadora Priscila Krause, que reúne as credenciais para a função, pois já foi deputada e tem trânsito para convencer os deputados estaduais a cancelar sua escolha.

INOCENTE QUER SABER > Quantos nomes estarão na disputa pela vaga do TCE em julho?

@edmarlyra

www.edmarlyra.com

A coluna de Edmar Lyra é publicada de segunda a sábado.

■ O general do Exército Richard Fernandez Nunes recebeu a Medalha do Mérito Frei Caneca por seus serviços prestados à Justiça Eleitoral de PE

Comandante é homenageado pelo TRE-PE

O general do Exército Richard Fernandez Nunes, que está à frente do Comando Militar do Nordeste (CMNE), recebeu, ontem (20), a Medalha do Mérito Eleitoral Frei Caneca do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). A

honraria é concedida a pessoas e instituições que de alguma forma têm serviços prestados à Justiça Eleitoral brasileira e especialmente ao TRE-PE. Antes da entrega da medalha, o presidente do Tribunal, desembargador André Guimarães, listou os relevantes serviços do general prestados ao Exército e as



O general foi saudado pelo desembargador André Guimarães

ações que ele realizou no Estado. O desembargador destacou, por exemplo, os projetos culturais, esportivos e sociais, como parceria do Exército local como o projeto Criança Cidadã, voltado a crianças em situação de vulnerabilidade social.

Escola de Sargentos

Guimarães destacou, ainda, o papel importante que Nunes desempenhou para que a Escola de Formação e Graduação de Sargentos do Exército seja sediada no Estado. “A participação do general Richard para que o Estado de Pernambuco fosse escolhido como sede para esse megaprojeto foi capital”, pontuou.

No discurso de agradecimento, Nunes disse que desde o primeiro momento em que teve um contato mais estreito com Pernambuco só faz valorizar “esta terra que produziu tanta gente importante, culta e preparada” no meio intelectual e cultural.

“Pernambuco é mesmo uma referência para qualquer brasileiro. Essa bandeira não é por acaso um marco tão simbólico para todos nós”, afirmou. O general está deixando o CMNE para assumir a Diretoria de Educação e Cultura do Exército, setor que vai comandar a Escola de Sargentos.

“A autoridade patrocinada da escola é o Departamento de Educação e Cultura. Eu estarei, então, como autoridade patrocinadora desse grande projeto de quase R\$ 2 bilhões, gerando emprego, renda, desenvolvimento socioeconômico. Nossa expectativa é que seja um modelo de sustentabilidade”, disse.

Natural do Rio de Janeiro, Nunes ingressou no Exército por meio da Escola Preparatória de Cadetes, em 1978. Em 1984, foi declarado aspirante a Oficial da Arma de Artilharia, na Academia Militar das Agulhas Negras. Além de cursos e estágios militares, ele graduou-se em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE E LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDHOSPE - CNPJ 24.129.058/0001-06

O Sindicato supramencionado, por meio do seu Presidente, convoca os associados para reunirem-se em regime de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, no dia 29/03/2023, na sede deste sindicato sito a Rua Dom Vital nº 129, Santo Amaro, Recife - Pernambuco, às 15:00 horas em primeira convocação e às 16:00 horas, em Segunda convocação, para: (a) aprovação das contas, nos termos do art. 15, I, do Estatuto do SINDHOSPE; (b) outros assuntos. Recife, 21 de março de 2023.

George Meira Trigueiro - Presidente do SINDHOSPE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACARATU

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 - PROC. ADM. Nº 003/2023.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA CRECHE PROINFÂNCIA - TIPO 2 - OPÇÃO 220 COM SAPATAS, NA TRAVESSA JAILTON MANOEL DO NASCIMENTO, NO DISTRITO DE CARAIBEIRAS, TACARATU/PE PELO CONVÊNIO (TERMO DE COMPROMISSO Nº 201801029 - FNDE) - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.
SESSÃO: 13/04/2023, às 09:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Data limite para Cadastramento ou atendimento das condições de cadastramento: 10/04/2023. TIPO: Menor Preço. Valor máximo admitido R\$ 1.915.773,17 (um milhão novecentos e quinze mil setecentos e setenta e três reais e dezesseis centavos). Os interessados poderão adquirir o edital com seus anexos junto à Comissão de Licitação desta Prefeitura, sito no mesmo endereço, Tel. (87) 38431156, no horário das 08:00 às 12:00 horas ou por e-mail licitacaratu@gmail.com. Ivanilson Gomes de Araújo - Presidente da CPL
PROCESSO LICITATÓRIO 004/2023
TOMADA DE PREÇO 002/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA CONCLUSÃO DE QUADRA DO CLAUDIONOR COBERTA COM VESTIÁRIO MODELO 2 - OPÇÃO 220, MUNICÍPIO DE TACARATU/PE - RECURSO CONTRATO DE REPASSE Nº 23400.003040/2017-52. SESSÃO: 13/04/2023, às 11:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Data limite para Cadastramento ou atendimento das condições de cadastramento: 10/04/2023. TIPO: Menor Preço. Valor máximo admitido R\$ 843.216,21 (oitocentos e quarenta e três mil duzentos e dezesseis reais e vinte e um centavos). Os interessados poderão adquirir o edital com seus anexos junto à Comissão de Licitação desta Prefeitura, sito no mesmo endereço, Tel. (87) 38431156, no horário das 08:00 às 12:00 horas ou por e-mail licitacaratu@gmail.com. Ivanilson Gomes de Araújo - Presidente da CPL.

CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3049/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3050/0223 CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel(is) recebido(s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 13/03/2023 até 18/04/2023, no primeiro leilão, e de 28/04/2023 até 03/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do(a) leiloeiro(a), Sr(a). ALVARO SERGIO FUZO, endereço Rua T 37, nº 3314, Qd 141, Lote 15/17, Apt. 2701, Edifício Piazza 25, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP nº 74230-022, telefones 0800-707-9339 / 0800-707-9272 e atendimento de segunda a sexta das 08:00h às 18:00h, site: www.alvaroleiloes.com.br O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/movoeiscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 19/04/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 04/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.alvaroleiloes.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

1 IMÓVEIS

Apartamentos Vendem-se

AFLITOS

LP 348 - IMPERDÍVEL APTO PROX. DE TUDO C/120M, 3QTS, QUARTO REVERSÍVEL, ISTE, SL P/02 AMBS, WC SOC, DCE, COZ, VARANDA, TODO CI/ARM., 1 VAGA, ELEV, SALÃO DE FESTA, PLAY, R\$ 430 MIL. AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA !!! F: 99191 9003/986967550

BOA VIAGEM

LP 232 OPORTUNIDADE !! IMPERDÍVEL APTO 47M, 2 QTS, 1 SUITE, SL P/02 AMB, COZIN, AREA DE SERVICIO, WC SOC, TODO C/ARM., IVG, ELEV, PISCINA, SALÃO DE FESTA, VALOR R\$ 270 MIL, ACEITAM. FINANCIAMENTO, TELEFONES- 99191 9003/ 986967550

LP 232 APTO 47M, 2QTS, 1 STE, SALA P/02 AMB, COZ, AREA DE SERVICIO, WC SOC, TODO C/ARM., IVG, ELEV, PISCINA, SALÃO DE FESTA, VALOR R\$ 270 MIL, ACEITA FINANCIAMENTO, F- 99191 9003/986967550

LEILÃO DE APARTAMENTO - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
Online

1º Leilão: 03/04/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 05/04/2023 às 11h00

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracritadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Jaboatão dos Guararapes/PE, Barra de Jaganda, Avenida Bernardo Vieira de Melo, nº 8472, Apto. nº 1602 (16º pav. tipo, Apart Hotel) Edifício Paiva Home Stay. Áreas totais: priv.: 37,77m² e área total: 84,54m². Matr. 70.537 do 1º RI Local. Obs.: Ocupado, (AF). 1º Leilão: 03/04/2023, às 11:00h. Lance mínimo: R\$ 351.140,10. 2º Leilão: 05/04/2023, às 11:00h. Lance mínimo: R\$ 328.296,59 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.**

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: <https://VITRINEBRADESCO.com.br/> | PORTALZUK.com.br

LP 232 OPORTUNIDADE !! IMPERDÍVEL APARTAMENTO 47 M, 2 QUARTOS, 1 SUITE, SALA PARA 02 AMBIENTES, COZINHA, AREA DE SERVICIO, WC SOCIAL, TODO CI/ARM., 1 VAGA, ELEVADOR, PISCINA, SALÃO DE FESTA, VALOR R\$ 270 MIL, ACEITA FINANCIAMENTO, F- 99191 9003/986967550

CASA AMARELA

LP 374 OPORTUNIDADE APARTAMENTO NO CORACAO DE CASA AMARELA C/ 85 M, 3 QUARTOS, STE, VARANDA, SALA P/02 AMB, WC SOCIAL, COZIN, DCE, TODO C/ARM., ELEVADOR, R\$ 450 MIL, ACEITAMOS FINANCIAMENTO, FONES- 99191 9003/98696-7550

LP 374 OPORTUNIDADE APARTAM. NO CORACAO DE CASA AMARELA COM 85 M, 3 QUARTOS, SUITE, VARANDA, SALA PARA 02 AMBIENTES, WC SOCIAL, COZ, DCE, TODO CI/ARM., ELEVADOR, 2 VAGAS, LAZER COMPLETO, R\$ 450 MIL, ACEITAMOS FINANCIAMENTO, FONES- 99191 9003/98696-7550

LP 239 OPORTUNIDADE APTO NO C/OTIMA LOCALIZACAO, C/80M, 2 QTS, SUITE, ESCRITÓRIO, SALA P/02 AMBS, VARANDA, WC SOCIAL, COZINHA, AREA DE SERVICIO, TODO C/ARM., PISCINA, SALÃO DE FESTA, 1 VG DE GARAGEM, AC. FINANC., VALOR R\$ 350 MIL, F- 99191 9003/98696-7550

LP3248 IMPERDÍVEL APTO C/118M, 3QTS, 1STE, WC SOC, COZ, AREA DE SERVICIO, SL P/02 AMB, VARANDA, DCE, ARMÁRIO, 2VGS, ELEVADOR, SALÃO DE FESTA, PLAY, R\$ 650MIL, AC. FINANC, FONES: 99191-9003/98696-7550

CASA FORTE

LP4106 VENDO APTO A C/178M A 50M DA PRACA DE CASA FORTE, 4QTS, WC SOCIAL, 2 SUITES, 1 CLOST, VARANDA, SALA P/03 AMB, DCE, COZ, TODO CI/ARM., LAZER COMPLETO, 3VGS, MARQUE SUA VISITA !!R\$ 1.250MIL, AC. FINANC, F - 99191-9003/98696-7550

LP4106 VENDO APTO A C/178M A 50M DA PRACA DE CASA FORTE, 4QTS, WC SOC, 2 STES, 1 CLOST, VARANDA, SL P/03 AMB, DCE, COZ, TODO C/ARM., LAZER COMPLETO, 3 VAGAS, MARQUE SUA VISITA !!R\$ 1.250MIL, AC. FINANC, TELS- 99191-9003/98696-7550

DERBY

LP 371 OPORTUNIDADE APTO PROXIMO DE TUDO C/125M, 3QTS, STE, SL P/02 AMB, COZ, WC SOCIAL, DCE, ARM., VARANDA, IVG, ELEVADOR, SALÃO DE FESTA, PLAY, R\$ 490 MIL, ACEITA FINAN. MARQUE SUA VISITA!!! LIGAR TEL - 98696 7550

LP 239 OPORTUNIDADE APTO NO C/OTIMA LOCALIZACAO, C/80M, 2 QTS, SUITE, ESCRITÓRIO, SALA P/02 AMBS, VARANDA, WC SOCIAL, COZINHA, AREA DE SERVICIO, TODO C/ARM., PISCINA, SALÃO DE FESTA, 1 VG DE GARAGEM, AC. FINANC., VALOR R\$ 350 MIL, F- 99191 9003/98696-7550

LP 296 APTO C/67M, 2 QTS, SL P/02 AMB, COZ, WC SOC, COZ, AREA DE SERVICIO, VARANDA, WC DE SERVICIO, IVG, R\$ 200MIL, AC. FINANCIAMENTO, F- 99191 9003/98696-7550

LP 296 OPORTUNIDADE NICA, APTO C/67M, 2 QTS, SL P/02 AMB, COZ, WC SOC, COZ, AREA DE SERVICIO, VARANDA, WC DE SERVICIO, IVG, R\$ 200MIL, AC. FINANCIAMENTO, F- 99191 9003/98696-7550

EDITAL CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – ASUPE, CNPJ Nº 24.131.427/0001-97.

Pelo presente edital JURACEMA DA SILVA SOARES, brasileira, divorciada, servidora pública estadual, portadora do RG nº 1.168.438 SSP/PE, e do CPF/MF nº 097.815.444-49, residente e domiciliada em Olinda/PE, Presidenta da ASUPE – ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, CNPJ Nº 24.131.427/0001-97, com sede localizada na Rua Amóbio Marques, nº 310, Santo Amaro, Recife/PE, CEP 51.020-390, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, em seu art. 37, III, alínea a, CONVOCA todos os ASSOCIADOS, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, cumprindo com o determinado no art. 28, I, da referida norma, a realizar-se no dia 29 de março de 2023, nas dependências da sede da entidade, no endereço acima especificado, às 09h00min em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, e às 09h30min, em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados contribuintes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Prestação de Contas da Administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal do exercício de 2022.**

Recife/PE, 20 de março de 2023.
JURACEMA DA SILVA SOARES Presidenta da ASUPE

METROPOLITANA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A. – CNPJ (MF): 10.407.005/0001-97 – NIRE: 2630.004.843-4

– Extrato da AGE realizada em 07/03/2023, às 13:00 horas, na sede social da empresa, sita na Rua Doutor Vilas Boas, nº 630, Barro, CEP 50.780-035, Recife, Estado de Pernambuco. MESA: Paulo Fernando Chaves Júnior – Presidente, Paulo Gustavo Rossiter Chaves – Secretário. QUORUM: Totalidade do capital com direito a voto. **DELIBERAÇÕES:** 1) Deliberar sobre o Terceiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão, relativamente às seguintes inclusões/alterações à Escritura de Emissão: a) Alteração da redação do subitem 3.7; b) Alteração da redação do subitem 4.1.3.1; c) Alteração da redação do subitem 4.6.1.2; d) Alteração da redação do subitem 4.6.1.3; e) Alteração da redação do subitem 4.8.1; f) Alteração da redação do subitem 5.3.1. 2) Aprovado o Instrumento do Terceiro Termo Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão, na forma do Anexo I a esta ata. 3) Prática de atos pela Diretoria. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização do Terceiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão. **FORMA DE DELIBERAÇÃO:** A unanimidade. Recife (PE), em 07 de março de 2023. Paulo Fernando Chaves Júnior – CPF: 686.287.814-04 – Arquivamento JUCEPE sob nº 2023.975.535-9 em 20/03/2023.

GUANABARA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A. – CNPJ (MF): 08.419.673/0001-92 – NIRE: 2630.004.961-9

– Extrato da AGE realizada em 07/03/2023, às 12:00 horas, na sede social da empresa, sita na Avenida República do Líbano, 251, sala 1902, Torre B, Pina, CEP 51.110-160, Recife, Estado de Pernambuco. MESA: Paulo Fernando Chaves Júnior – Presidente, Paulo Gustavo Rossiter Chaves – Secretário. QUORUM: Totalidade do capital com direito a voto. **DELIBERAÇÕES:** 1) Tomar nulas as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de fevereiro de 2023 e arquivada na JUCEPE sob nº 2023.975.562-6, em data de 14 de março de 2023 em virtude do cancelamento do aditivo então aprovado e reformular o Primeiro Termo Aditivo. 2) Reformular o Primeiro Aditivo do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em única série, da espécie quirográfrica, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Particular, da Guanabara Empresa de Transporte Coletivo S.A. relativamente às seguintes inclusões/alterações à Escritura de Emissão: a) Alteração da redação do subitem 1.1; b) Alteração do subitem 2.1.4; c) Alteração do subitem 3.7; d) Alteração da redação do subitem 4.1.3.1; e) Inclusão do subitem 4.2.3 e 4.2.3.1; f) Alteração da redação do subitem 4.6.1; g) Alteração da redação do subitem 4.8.1; h) Alteração da redação do subitem 5.3.1. 2) Aprovado o Instrumento do Primeiro Termo Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em uma Única Série, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão, na forma do Anexo I a esta ata. 3) Prática de atos pela Diretoria. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização do Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em uma Única Série, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão. **FORMA DE DELIBERAÇÃO:** A unanimidade. Recife (PE), em 07 de março de 2023. Paulo Fernando Chaves Júnior – CPF: 686.287.814-04 – Arquivamento JUCEPE sob nº 2023.964.904-4 em 16/03/2023.

GUANABARA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A. – CNPJ (MF): 08.419.673/0001-92 – NIRE: 2630.004.961-9

– Extrato da AGE realizada em 08/02/2023, às 12:00 horas, na sede social da empresa, sita na Avenida República do Líbano, 251, sala 1902, Torre B, Pina, CEP 51.110-160, Recife, Estado de Pernambuco. MESA: Paulo Fernando Chaves Júnior – Presidente, Paulo Gustavo Rossiter Chaves – Secretário. QUORUM: Totalidade do capital com direito a voto. **DELIBERAÇÕES:** 1) Deliberar sobre o Primeiro Aditivo do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em única série, da espécie quirográfrica, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Particular, da Guanabara Empresa de Transporte Coletivo S.A. relativamente às seguintes inclusões/alterações à Escritura de Emissão: a) Alteração da redação do subitem 1.1; b) Alteração do subitem 2.1.4; c) Alteração do subitem 3.7; d) Alteração da redação do subitem 4.1.3.1; e) Inclusão do subitem 4.2.3 e 4.2.3.1; f) Alteração da redação do subitem 4.6.1; g) Alteração da redação do subitem 4.8.1; h) Alteração da redação do subitem 5.3.1. 2) Aprovado o Instrumento do Primeiro Termo Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em uma Única Série, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão, na forma do Anexo I a esta ata. 3) Prática de atos pela Diretoria. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização do Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em uma Única Série, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão. **FORMA DE DELIBERAÇÃO:** A unanimidade. Recife (PE), em 08 de fevereiro de 2023. Paulo Fernando Chaves Júnior – CPF: 686.287.814-04 – Arquivamento JUCEPE sob nº 2023.975.562-6 em 14/03/2023.

LEILÃO DE 35 IMÓVEIS
Online

Data do Leilão: 24/03/2023 a partir das 15h00

IMÓVEIS NO AMAZONAS • BAHIA • CEARÁ • GOIÁS • MARANHÃO • MATO GROSSO DO SUL • MINAS GERAIS • PARÁ • PARAÍBA • PARANÁ • PERNAMBUCO • RIO DE JANEIRO • SANTA CATARINA • SÃO PAULO • TOCANTINS

À VISTA 10% DE DESCONTO | APARTAMENTOS • CASAS • IMÓVEIS COMERCIAIS • TERRENOS

LOTE 17 - AGRESTINA/PE - CENTRO
Rua Bernardino José de Oliveira, nº483. Casa (Lote 07 da Quadra D). Áreas totais: ter.: 126,00m² e constr.: 66,49m². Matr. 10.529 do RI Local.
Lance Mínimo: R\$ 36.000,00
Mínimo à Vista: R\$ 32.400,00

LOTE 18 - ÁGUAS BELAS/PE - COMUNATY
Rua Coronel João Nunes, nº 60. Casa (02 pavimentos). Áreas totais: ter. estimada: 120,90m² e constr.: 123,50m². Matr. 3.887 do RI local.
Lance Mínimo: R\$ 53.000,00
Mínimo à Vista: R\$ 47.700,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo nº 3.763.874 em 06/03/2023 e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco nº 228.067 em 09/03/2023. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | <https://VITRINEBRADESCO.com.br/> | PORTALZUK.com.br

ENCRUZILHADA

LP 3145 APTO C/66M, 3QTS, 1 STE, VARANDA, SL P/02 AMB, WC SOCIAL, COZ, AREA DE SERVICIO, ARM., 1 VG, ELEVADOR, SALÃO DE FESTA, PLAY, PISCINA, R\$ 380 MIL, ACEIT. FINANC, F- 98696- 7550

LP 3145 APTO C/66M, 3QTS, 1 STE, VARANDA, SL P/02 AMB, WC SOCIAL, COZIN, AREA DE SERVICIO, ARM., 1 VG, ELEVADOR, SALÃO DE FESTA, PLAY, PISCINA, R\$ 380 MIL, AC. FINANC, F- 98696- 7550

LP3141 OPORTUNIDADE APTO C/82M, 3QTS, 01 SUITE, VARANDA, SALA P/02 AMBS, COZ, DCE, 2VGS - R\$ 210 MIL, AC. FINANC. F- 99191 9003/986967550

LP 243 - ATENCAO OPORTUNIDADE!!!! APTO PROXIMO DE TUDO, C/55M C/I QUARTO, SALA, COZ, WC SOC, IVG, R\$ 170MIL, AC. FINANCIAM, MARQUE SUA VISITA, F. 9191 9003/98696-7550/3037-5200

ESPINHEIRO

LP 390 OPORTUNIDADE NICA PARA MORAR, APTO C/120M, 3QTS, SUITE, VARANDA, SALA P/02 AMBS, COZ, WC SOC, DCE, TODO C/ARM., IVG, ELEVADOR, R\$ 400MIL, AC. FINANCIAMENTO, TELS- 99191 9003/98696-7550

LP359 OPORTUNIDADE PARA MORAR A, APTO C/96M, 3QTS, 1 SUITE, DCE, TODO C/ARM., SL P/02 AMB, COZ, WC SOCIAL, VARANDA, 1 VG, ELEVADOR, R\$ 375 MIL, AC. FINANC., MARQUE SUA VISITA !!! TELS - 98696 7550/99995- 5055

LP389 APTO C/82M, 3 QTS, STE, VARANDA, SALA P/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, NASC, ELEVAD, SALÃO DE FESTA, PLAY, PISCINA, 2 VGS, ARM., R\$ 520MIL, AC FINANC, TELS - 99191-9003, 98696-7550

LP 3153 APTO C/113M, 3QTS, SUITE, DCE, WC SOCIAL, COZ, SALA P/02 AMB, ARM., VARANDA, IVG, SALÃO DE FESTA, ELEVADOR, R\$ 480 MIL, AC. FINANC. F: 99191-9003/98696-7550

LP389 APTO C/82M, 3QTS, STE, VARANDA, SALA P/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, NASC, ELEVAD, SALÃO DE FESTA, PLAY, PISCINA, 2VGS, ARM., R\$ 520MIL, AC FINANC, TELEFONES - 99191-9003, 98696-7550

LP 331 IMPERDÍVEL !!!! APTO C/120M, 3QTS, ISTE, WC SOC, SL P/02 AMB, COZ, 4 VARANDAS, 1 VG, ARM, EM TODOS OS AMBIENTES, EL- EVADORES, SALÃO DE FESTA, R\$ 350 MIL, ACEITAM. FINANC. TELS - 99191-9003/986967550

LP 331 IMPERDÍVEL !!!! APTAMENTO COM 120M, 3 QTS, 1 SUITE, WC SOC, SL P/02 AMB, COZ, 4 VARANDAS, 1 VG, ARM, EM TODOS OS AMBIENTES, ELEVADORES, SALÃO DE FESTA, R\$ 350 MIL, ACEIT. FINANC. F- 99191-9003/986967550

LP359 OPORTUNIDADE PARA MORAR A, APTO C/96M, 3QTS, 1 SUITE, DCE, TODO C/ARM., SL P/02 AMB, COZ, WC SOCIAL, VARANDA, 1 VG, ELEVADOR, R\$ 375 MIL, AC. FINANC., MARQUE SUA VISITA !!! TELS - 98696 7550/99995- 5055

GRACAS

LP 3282 OPORTUNIDADE APARTAMENTO PROXIMO DE TUDO C/ 106 M, 3QTS, 1 SUITE, VARANDA, WC SOC, SALA PARA 02 AMB, COZ, DCE, TODO C/ ARM., ELEVADOR, 1 VG, R\$ 350 MIL, MARQUE SUA VISITA, AC. FINANC. !!! F- 99191-9003/986967550

LP 3282 OPORTUNIDADE APTO PROX DE TUDO C/ 106 M, 3 QTS, 1 SUITE, VARANDA, WC SOC, SL P/02 AMB, COZIN, DCE, TODO C/ARM., ELEVADOR, 1 VG, R\$ 350 MIL, MARQUE SUA VISITA, AC. FINANC. !!! F- 99191-9003/986967550

LP218 - IMPERDÍVEL OTIMA LOCALIZACAO LINDO APARTAMENTO PARA MORAR OU INVESTIR C/33M, QUARTO, SALA, COZ, WC SOCIAL, ARM., SALÃO DE FESTA, ELEVADOR, PISCINA, LAVANDERIA, IVG, R\$ 220 MIL, TELS: 991919003/98696 7550

JAQUEIRA

LP395 IMPERDÍVEL OPORTUNIDADE NICA APTO A 500 M DO PARQUE DA JAQUEIRA C/110M 3QTS, 1 SUITE, VARANDA, SL P/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, ELEV, IVG, SALÃO DE FESTA, R\$ 400MIL, MARQUE SUA VISITA, AC. FINANC, TELS- 99191 9003/98696-7550

LP395 IMPERDÍVEL OPORTUNIDADE NICA APTO A 500 M DO PARQUE DA JAQUEIRA C/110M 3QTS, 1 SUITE, VARANDA, SL P/02 AMB, COZ, WC SOC, DCE, ELEV, IVG, SALÃO DE FESTA, R\$ 400MIL, MARQUE SUA VISITA, AC. FINANC, TELS- 99191 9003/98696-7550

LP 3133 OPORTUNIDADE APTO PROX DO PARQUE DA JAQUEIRA C/134M 3QTS, ISTE, VARANDA, SALA P/02 AMBS, WC SOC, DCE, COZ, TODO C/ARM., 2VGS, ELEV, QUADRA, SALÃO DE FESTA, PLAY, AC FINANC, R\$ 650 MIL, FONES - 99191-9003/986967550

JARDIM FRAGOSO

LP 229 APTO NOVO TODO C/55M, 2 QTS, SUITE, TERRACO, WC SOCIAL, SL P/02 AMB, COZ, AREA DE SERVICIO, ARM., 1 VAGA, R\$ 190 MIL, AC FINANC, LIGAR F: 991919003/986967550/ 3037-5200

LP 229 APTO NOVO TODO C/55M, 2 QTS, SUITE, TERRACO, WC SOCIAL, SALA P/02 AMB, COZ, AREA DE SERVICIO, ARM., 1 VAGA, R\$ 190 MIL, AC FINANC, LIGAR F: 991919003/986967550/ 3037-5200

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES DO SINSEMPAL – Palmares/PE

A Presidente da Comissão Eleitoral do SINSEMPAL – PE, CNPJ: 12.891.701/0001-47, pelo presente Edital, faz saber que no dia 17 de maio de 2023, no período de 8h às 17h, na sede do SINSEMPAL, que fica localizada na Rua Coronel Izácio, 545 Centro – Palmares – PE, será realizada a eleição para a composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes, para o triênio 2023/2026. Para conhecimento do referido Edital, os interessados deverão se dirigir à sede do sindicato ou a Câmara Municipal, Prefeitura dos Palmares e demais secretarias e autarquias, onde se encontrará publicada a íntegra do mesmo. Palmares 21 de março de 2023. Ana Maria Lima da Silva Sousa. Presidente da Comissão Eleitoral

CAXANGÁ EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A. – CNPJ (MF): 41.037.250/0001-83 – NIRE: 2630.004.844-2

– Extrato da AGE realizada em 07/03/2023, às 12:00 horas, na sede social da empresa, sita na Avenida Transamazônica, nº 1.350, Peixinhos, CEP 53.300-240, Olinda, Estado de Pernambuco. MESA: Paulo Fernando Chaves Júnior – Presidente, Paulo Gustavo Rossiter Chaves – Secretário. QUORUM: Totalidade do capital com direito a voto. **DELIBERAÇÕES:** 1) Tomar nulas as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de fevereiro de 2023 e arquivada na JUCEPE sob nº 2023.975.550-2, em data de 14 de março de 2023 em virtude do cancelamento do aditivo então aprovado. 2) Reformular o Segundo Aditivo do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Particular, da Caxangá Empresa de Transporte Coletivo S.A. relativamente às seguintes inclusões/alterações à Escritura de Emissão: a) Alteração do item 3.7; b) Alteração do subitem 4.1.3.1; c) Alteração do subitem 4.6.1.2; d) Alteração do subitem 4.6.1.3; e) Alteração do subitem 4.8.1; f) Alteração do subitem 5.3.1. 3) Aprovado o Instrumento do Segundo Termo Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão, na forma do Anexo I a esta ata. 4) Prática de atos pela Diretoria. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização do Segundo Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão. **FORMA DE DELIBERAÇÃO:** A unanimidade. Olinda (PE), em 07 de março de 2023. Paulo Fernando Chaves Júnior – CPF: 686.287.814-04 – Arquivamento JUCEPE sob nº 2023.964.918-4 em 16/03/2023.

CAXANGÁ EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO S.A. – CNPJ (MF): 41.037.250/0001-83 – NIRE: 2630.004.844-2

– Extrato da AGE realizada em 08/02/2023, às 12:00 horas, na sede social da empresa, sita na Avenida Transamazônica, nº 1.350, Peixinhos, CEP 53.300-240, Olinda, Estado de Pernambuco. MESA: Paulo Fernando Chaves Júnior – Presidente, Paulo Gustavo Rossiter Chaves – Secretário. QUORUM: Totalidade do capital com direito a voto. **DELIBERAÇÕES:** 1) Deliberar sobre o Segundo Aditivo do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Particular, da Caxangá Empresa de Transporte Coletivo S.A. relativamente às seguintes inclusões/alterações à Escritura de Emissão: a) Alteração do item 3.7; b) Alteração do subitem 4.1.3.1; c) Alteração do subitem 4.6.1.2; d) Alteração do subitem 4.6.1.3; e) Alteração do subitem 4.8.1; f) Alteração do subitem 5.3.1. 2) Aprovado o Instrumento do Segundo Termo Aditivo e Consolidação do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão, na forma do Anexo I a esta ata. 3) Prática de atos pela Diretoria. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização do Segundo Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirográfrica, da Primeira Emissão. **FORMA DE DELIBERAÇÃO:** A unanimidade. Olinda (PE), em 08 de fevereiro de 2023. Paulo Fernando Chaves Júnior – CPF: 686.287.814-04 – Arquivamento JUCEPE sob nº 2023.975.550-2 em 14/03/2023.



INTERLIGAÇÃO ELETRICA GARANHUNS S/A
CNPJ: 14.432.763/0001-16

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021			
(Valores expresso em milhares de reais - R\$)			
ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.399	3.476
Aplicações Financeiras	4	41.207	24.448
Concessionárias e permissionárias		12.893	8.952
Tributos a recuperar	6	4.427	3.109
Estoque		3.353	3.541
Ativo da concessão	7	107.539	92.544
Outros créditos		46	311
Total dos ativos circulantes		172.864	136.381
NÃO CIRCULANTES			
Caixa Restrito	5	10.533	10.702
Ativo da concessão	7	1.247.419	1.083.913
Imobilizado		7.644	5126
Total dos ativos não circulantes		1.265.596	1.099.741
TOTAL DO ATIVO		1.438.460	1.236.122
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTES			
Fornecedores	8	8.920	11.924
Empréstimos e financiamentos	9	28.583	33.262
Tributos a recolher	6	1.656	1.617
Dividendos a pagar		44.627	29.496
Outras contas a pagar	10	4.344	3.465
Total dos passivos circulantes		88.130	9.764
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	9	93.289	120.631
Provisão para demandas judiciais	13	6.096	10.227
Pis e Cofins Diferidos	11	125.333	108.822
IR e CSLL Diferidos	12	100.937	73.604
Total dos passivos não circulantes		325.655	313.284
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	570.000	570.000
Reserva de lucros		454.675	273.074
Total Patrimônio líquido		1.024.675	843.074
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.438.460	1.236.122
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO P/ OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expresso em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	15	169.588	185.026
Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(39.477)	(15.363)
LUCRO BRUTO		130.111	169.663
Receita - Revisão Tarifária Periódica (líquida)		103.932	-
Despesas Gerais e Administrativas	17	(3.114)	(11.142)
Outras receitas (despesas) operac. líquidas	18	872	2.227
Total		101.690	(8.915)
LUCRO ANTES DO RESULT.FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		231.801	160.748
RESULTADO FINANCEIRO	19		
Receita financeira		5.609	1.455
Despesa financeira		(11.179)	(10.787)
LUCRO ANTES DOS IMP. SOBRE O LUCRO		5.609	1.455
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB. SOCIAL		(5.570)	(9.332)
Corrente	12	(2.167)	(2.082)
Diferido	12	(27.332)	(17.306)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		196.732	132.098
Lucro por ação		0,35	0,23

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expresso em milhares de reais - R\$)

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	Nota explicativa	Capital social	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros	Reserva especial de dividendos		
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores		570.000	22.095	16.678	130.720	1.210	740.703	
Complemento de reserva de incentivos fiscais		-	-	219	-	(161)	(161)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	132.028	132.028	
Destinação do lucro (Nota 15)	14	-	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	14	-	6.601	-	-	(6.601)	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	14	-	-	7.442	-	(7.442)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	(29.496)	(29.496)	
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	88.270	-	(88.270)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		570.000	28.696	24.339	218.990	1.049	843.074	
Dividendos de exercícios anteriores não distribuídos		-	-	-	-	29.496	29.496	
Ajuste de reserva de incentivos fiscais		-	-	(24)	-	-	24	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	196.732	196.732	
Destinação do lucro (Nota 15)	14	-	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	14	-	9.837	-	-	(9.837)	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	14	-	-	8.388	-	(8.388)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	(44.627)	(44.627)	
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	133.904	-	(133.904)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		570.000	38.533	32.703	352.894	30545	1.024.675	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - Objeto social. A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. ("Companhia") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Concessões: A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 9 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do "Lote L" do Leilão ANEEL nº 004/2011. O lote tem como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 8 (oito) Linhas de Transmissão e 2 (duas) Subestações conforme descrito a seguir: • Subestação Pau Ferro 500/230 kV - 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande II 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I. • Subestação Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA. • Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga - Garanhuns C2, circuito simples (218 km). • Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Pau Ferro, circuito simples (209 km). • Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Campina Grande III, circuito simples (194 km). • Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns - Angelim I, circuito simples (12 km). • Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por obrigação do contrato de concessão. • Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Ângelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km). • SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco. • SE Pau Ferro 500/230 kV - 1.500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco. O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%). **Municípios atendidos:** a) Pernambuco: Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajeado, Glória do Góe, Bezerros, Gravata, Camocim de São Félix, Itaíba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacambó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Arcoaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Parnaíba, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Pararananta, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns. b) Paraíba: Riacho de Santo Antonio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande. c) Alagoas: Mata Grande e Canapi. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. **Contrato de concessão**
Número: 022/2011 - Prazo (anos): 30 - Vigência até: 09/12/2041 - RAP (*): R\$ 68.900 - Índice de correção: IPCA
(*A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original). A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo tarifário atual (julho/22 a junho/23), conforme a Resolução Homologatória nº 3.050/2022 e estabelecido em cláusula no Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011 foi de R\$127.189 (R\$103.742 julho/21 a junho/22). O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 2.1. Declaração de Conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expresso em milhares de reais - R\$)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	196.732	132.028
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	196.732	132.028

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expresso em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES PERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		196.732	132.028
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa			
Depreciação	16	581	588
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	11.011	10.468
Rendimento de aplicações financeiras		(5.452)	(1.443)
Remuneração dos ativos de concessão	7	(152.343)	(185.956)
Perda com baixa de imobilizado		(302)	-
Valor residual do ativo imobilizado		668	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.332	17.306	9.113
PIS e Cofins diferidos		16.511	9.113
Constituição (reversão) de provisão para contingências		(1.545)	5.017
		93.194	(12.879)
(Aumento) redução nos ativos operacionais: Concessionárias e permissionárias		(3.941)	799
Tributos a recuperar	6	(1.318)	(904)
Estoques		188	(762)
Ativo de concessão	7	88.369	87.344
Ativo de concessão (RTP)	7	(114.526)	-
Outros créditos		265	(160)
Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores	8	(3.004)	1.957
Tributos a recolher	6	2.159	2.485
Demanda judiciais (fundário)		(2.585)	-
Outras contas a pagar	10	879	(1.503)
Pagamentos de IR e contribuição social Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(2.120)	2.082
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		74.385	-
Aplicações financeiras	4	(11.308)	(22.834)
Caixa restrito	5	168	171
Aquisição de imobilizado		(3.465)	(2.941)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(14.605)	(25.604)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal e juros de financiamentos	9	(43.032)	(43.300)
Dividendos pagos (16.600)		(43.032)	(59.900)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(43.032)	(59.900)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(77)	(11.119)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		3.476	14.595
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		3.399	3.476
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(77)	(11.119)

um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; por possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir: • Receita de implementação da infraestrutura - A receita de implementação da infraestrutura é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de implementação da infraestrutura está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de implementação da infraestrutura resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS. • Receita de remuneração dos ativos de concessão - O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47 (já considerando as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020), a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa implícita de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da concessão (custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC)). • Receita de operação e manutenção - A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem. c) Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de faturamento de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais. d) Imposto de renda e contribuição social - diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados devem ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. e) PIS e Cofins - diferidos: O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão que remunera o ativo contratual. O recolhimento de tais tributos ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo contratual. f) Taxas regulamentares sobre a receita: Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica "Taxas regulamentares" no balanço patrimonial e como deduções da receita na demonstração do resultado. Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em doze dígitos pela concessionária, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamento estabelecido pela ANEEL. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual. g) Subvenções: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfetidas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado. h) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Classificação e mensuração: De acordo com o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Custo amortizado: Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria material. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: De acordo com o CPC 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. (ii) Baixa de ativos financeiros: A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do

resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. i) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo: Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, controlados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. j) Ativo da concessão: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICP (R1) - Contratos de Concessão e ainda orientações contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção. A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, a medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM. A Companhia pode ser capaz de determinar uma taxa que reflita as características de crédito da parte que recebesse financiamento no contrato, bem como qualquer garantia prestada pela Companhia ao poder concedente, incluindo ativos transferidos no contrato. A Companhia utiliza taxa implícita de financiamento para desconto do fluxo do ativo de concessão e registra as receitas de financiamento desse fluxo em seu resultado operacional. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por ter o direito a contraprestação ainda condicionado a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. k) Imobilizado: Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. l) Demais ativos circulantes e não circulantes: São apresentados pelo seu valor líquido de realização. Perdas esperadas para a redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos, na data dos balanços patrimoniais. m) Passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis

CONTINUAÇÃO - INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S/A

7. ATIVO DE CONCESSÃO

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Ativo contratual, Implementação da infraestrutura (a), Circulante, Não circulante, etc.

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir: Saldo inicial, Remuneração dos ativos da concessão (Nota 15), Receita de infraestrutura (Nota 15), Realização da RAP (109.895), etc.

Revisão Tarifária Periódica (RTP): Em julho de 2022, ocorreu a atualização da Receita Anual Permissa (RAP) referente ao ciclo com vigência de julho de 2022 a junho de 2023, por conta da Revisão Tarifária Periódica, efetuada a cada 5 anos, conforme a Resolução Homologatória nº 3.050/2022 e estabelecido em cláusula no Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011. Como resultado dessa revisão, foram identificados alguns fatores que afetaram a remuneração (RAP) a ser considerada prospectivamente nos fluxos futuros de receita da Companhia, ocasionando um aumento no valor presente do ativo contratual, conforme indicado na movimentação acima. Os principais aspectos relacionados a revisão tarifária periódica compreendem o posicionamento da receita mediante a determinação: a) da base de remuneração regulatória; b) dos custos operacionais efetivos; c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras; d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas. A projeção para os próximos 12 meses da RAP será de R\$ 143.987. Baixa de projetos sem RAP: Em junho de 2022, a SGT/ANEEL emitiu uma Nota Técnica 91/2022 sobre a análise das contribuições da consulta pública 9/2022, referente à Revisão da Receita Anual Permissa - RAP onde a Companhia solicitou ao agente regulador receita associada a gastos com projetos de melhoria no empreendimento. ANEEL não acatou oferecer essa receita na Revisão Tarifária do ciclo 2022/2023. Dessa forma, a Companhia registrou a baixa das melhorias reconhecidas no ativo de concessão em contrapartida da receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos de concessão.

8. FORNECEDORES: O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para implementação, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, além de valores de parcela variável a pagar ao Operador Nacional do Sistema, e está assim representado:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Fornecedores de materiais e serviços, Parcela variável a pagar.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (1), Principal, Encargos, Custos de transação, Total, Circulante, Não circulante.

(1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

Table with columns for Parcela, Valor original, Indexado, Spread (% a.a.). Rows include Subcrédito A, Subcrédito B, Subcrédito C.

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e são amortizados conforme prazo de vencimento dos empréstimos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

Table with columns for Vencimento por exercício, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, Após 2026.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está assim representada:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Juros incorridos, Amortização de principal e juros, Saldo final.

10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Taxas regulamentares (RGR, P&D e TFSEE), Outras contas a pagar.

11. PIS E COFINS DIFERIDOS

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include PIS e Cofins diferidos.

As contribuições de PIS e COFINS incidem sobre a receita de implementação e remuneração dos ativos da concessão, que remunera o ativo contratual. O total destes tributos é R\$125.333 em 31 de dezembro de 2022 (R\$108.822 em 31 de dezembro de 2021). O recolhimento ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e liquidação do ativo contratual, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

A movimentação do período é conforme segue:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, PIS/COFINS diferido sobre: Remuneração dos ativos da concessão, Receita de Infraestrutura, Receita de O&M, Receita - Revisão Tarifária Periódica, Baixa Projetos sem RAP, Realização da RAP.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS - a) Reconciliação alíquota efetiva:

Table with columns for 2022 and 2021. Rows include Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda, Aliq. nom.vigente de IR e CSLL (34%), IR e contribuição social esperada, Adições (exclusões), líquidas, Incentivo fiscal - SUDENE, Imposto de renda e contrib. social, Corrente, Diferido, Total, Aliquota efetiva.

Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente dos resultados da operação da implementação de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão (CPC 01 e CPC 47) reconhecidos por competência, que serão oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto no artigo nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700 e Lei nº 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R\$ 100.937 (R\$73.604 em 31 de dezembro de 2021). O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são calculados levando em consideração a taxa efetiva de 15,25% até o exercício de 2025, quando termina o incentivo fiscal da Companhia. Após isto, a taxa efetiva passa para 34%. A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Efeitos do ICPC 01 e CPC 47 (I), Provisão para demandas judiciais (2.585), Prejuízo fiscal e base negativa, Outros, Passivo fiscal diferido, líquido.

(I) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para a prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão, reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação, à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e nº 36 da Lei nº 12.973/14.

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS: A Administração da Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Fundiário, Provável.

Durante o período de 2022, a Companhia realizou pagamentos das ações indenizatórias movidas contra a Companhia pela instituição de serviço administrativa em terrenos de terceiros para construção de linhas de transmissão de energia, os quais estavam provisionados nas demonstrações financeiras. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, processos administrativos tributários, fundiário e regulatórios em andamento, que totalizam aproximadamente R\$ 6.059 (R\$ 12.882 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, não existindo assim, provisão para perda registrada nas demonstrações financeiras para esses processos. Durante o exercício de 2022, a Companhia recebeu despachos decisórios da Receita Federal do Brasil - RFB relacionados a processos administrativos tributários na esfera federal, referentes aos saldos negativos de IRPJ do ex exercício de 2013 a 2014. As manifestações de inconformidade foram elaboradas pelos assessores jurídicos da Companhia no valor de R\$ 2.397 os quais foram avaliados com probabilidade de perda possível, não existindo assim, provisão para perda registrada nas demonstrações financeiras para esses processos. A movimentação do exercício para os processos com probabilidade de perda provável é conforme segue:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Reversões de provisões, Pagamentos, Constituição de provisões, Saldo final.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$570.000, representado por 570.000 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$600.000. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

Table with columns for Acionista, Quantidade de ações, %. Rows include CTEEP, CHESF.

b) Reservas de lucros - (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações. (iv) Reserva de incentivo fiscal: O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da empresa e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art. 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.298/77). c) Dividendos: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Lucro líquido do exercício, (-) Reserva legal, (-) Reserva de incentivo fiscal, Base de cálculo, Dividendos mínimos obrigatórios.

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

Table with columns for 2022 and 2021. Rows include Dividendos aprovados anos anteriores, Dividendos provisionados, Dividendos mínimos obrigatórios pagos no exercício corrente.

Dividen. mínimos obrigat. revertidos (a) (29.496)

Table with columns for 2022 and 2021. Rows include Dividendos mínimos obrigatórios do período corrente (b), Saldo inicial, Saldo final, (a) Valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2021, (b) Valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2022, (c) Valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2021, (d) Valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2022, (e) Valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2021, (f) Valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2022.

15. RECEITA LÍQUIDA

Table with columns for 2022 and 2021. Rows include Receita bruta, Remuneração dos ativos da concessão (a) (Nota 7), Receita de infraestrutura (b) (Nota 7), Receita de operação e manutenção (c), Deduções da receita operacional: PIS, Cofins, ICMS, Taxas regulatórias (RGR, P&D e TFSEE).

Receita operacional líquida: Remuneração dos ativos da concessão: A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita 7,22% a.a. sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento na infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca replicar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos e não sofre alterações posteriores. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é determinado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e é reavaliado na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permissa (RAP), que é a contrapartida que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente, que equivale ao complemento da remuneração de toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA. b. Receita de infraestrutura: A receita relacionada à implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. c. Receita de operação e manutenção: As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste e parcela variável. A Resolução Normativa nº 729, emitida pela ANEEL em 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), que é uma penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Os valores de PV são reconhecidos como redução de receita de operação e manutenção, no período em que ocorrem. A Resolução Normativa nº 853, emitida pela ANEEL em 13 de agosto de 2019, atualizou a REN nº 729/2016, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das Funções de Transmissão Concorra, sendo que sua vigência se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2020. A Resolução Normativa nº 906, de 8 de dezembro de 2020, consolidou as Regras de Transmissão de Energia Elétrica e revogou as Resoluções Normativas nº 191, nº 689, nº 729, nº 782 e nº 853, entrando em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021. A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto no contrato de concessão, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste. O reconhecimento contábil da compensação a ser realizada via PA ocorre quando do efetivo recebimento de superávit ou do desconto do déficit que consta no faturamento mensal da Companhia, de modo que, quando ocorre o reajuste anual da RAP o valor a ser compensado está registrado com um valor a pagar ou a receber referente ao período anterior ao reajuste. O saldo ativo, a título da Parcela de Ajuste - PA, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 1.883, (R\$ 1.893, em 31 de dezembro de 2021).

16. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Table with columns for 2022 and 2021. Rows include Pessoal (a), Materiais (b), Serviços de terceiros (c), Depreciação (d), Custos de infraestrutura (e), Gastos diversos (f).

(a) Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas. (b) Gastos com conservação e manutenção do empreendimento. (c) Gastos com operação e manutenção. (d) De bens próprios. (e) Companhia registrou custos classificados como investimentos em projetos de melhoria e com a resolução autorizativa nº 10.923/2021. (f) Demais gastos com operação de manutenção.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Table with columns for 2022 and 2021. Rows include Pessoal (a), Honorários da Administração (b), Materiais (c), Serviços de terceiros (d), Amortização do direito de uso (e), Demandas judiciais (f), Outras despesas.

(a) Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas. (b) Pagamentos com: salários e bônus (diretoria da companhia). (c) Gastos com conservação e manutenção geral. (d) Gastos com serviços contratados. (e) Amortização do direito de uso de veículos e aluguel. (f) Reversões/Provisões das demandas judiciais (nota 13).

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Table with columns for 2022 and 2021. Rows include Receita de compartilhamento de instalações, Outros resultados operacionais (a).

(a) O valor de outros resultados operacionais refere-se principalmente a ganho decorrente de venda de isoladores (sucata).

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Table with columns for 2022 and 2021. Rows include Receitas financeiras: Receita de aplicações financeiras, Tributos sobre a receita financeira, Outras receitas financeiras, Despesas financeiras: Encargos sobre emprést. e financiamentos, Encargos sobre arrendamento, Outros, Resultado financeiro.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - a) Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Ativos financeiros: Mensurados pelo valor justo por meio do resultado, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicação financeira, Caixa restrito, Mensurados ao custo amortizável: Concessionárias e permissionárias, Passivos financeiros: Mensurados ao custo amortizável: Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Outras contas a pagar.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus respectivos valores de mercado. A Estimativa do Valor Justo pode ser obtida utilizando-se os seguintes níveis de avaliação: • Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e • Nível 3 - ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2. b) Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: • Risco de crédito - a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), regulando a prestação de serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária. • Risco de preço - as receitas da Companhia são, nos termos dos contratos de concessão, reajustadas anualmente em 01 de julho pela ANEEL, pela variação do IPCA, tendo como data de referência inicial setembro de 2011. • Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP. • Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são representadas pela Receita Anual Permissa (RAP) vinculada às instalações de rede básica, conforme definido nos termos da legislação vigente, pela ANEEL, nos contratos de concessão. A Companhia gerencia o risco de liquidez, mantendo o monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. • Risco operacional - A Companhia mantém monitoramento dos riscos operacionais envolvendo a implantação do seu contrato de concessão, bem como, quando aplicável, outros aspectos regulatórios que estão sendo discutidos com a Agência Reguladora em processos administrativos envolvendo sua concessão. c) Sensibilidade a taxas de juros: Em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevantes pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período. No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado; e (iii) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

Table with columns for Operação, Risco, Saldo em 31.12.2022, Cenário I, Cenário II, Risco de elevação dos indexadores, Risco de queda dos indexadores.

21. COBERTURA DE SEGUROS: A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

Table with columns for Finalidade do seguro, Vigência, Importância segurada. Rows include Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações), Cobertura sobre casco, acidentes pessoais e danos corporais (Veículos).

No dia 18/01/2023 o seguro das instalações foi renovado até o dia 01/06/2024. As premissas adotadas para a contratação dos seguros não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Os saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 relativas às operações com partes relacionadas, estão detalhadas a seguir:

Table with columns for Natureza de operação, Partes relacionadas, Ativo, Passivo, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Remuneração dos administradores (nota 17.b), Fornecedores, Concessionárias e Permissionárias.

23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 03 de março de 2023, nas quais consideramos os eventos subsequentes ocorridos até a data.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. Paulo Vieira Lima Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 257330/O-5

MADALENA

LP3138 APTO C/12M 3QTS, SUITE, VAR, SL P/02 AMB, COZ, DCE, WC SOC, TODO C/ARM., 1 VG, ELEV, PISCINA, R\$ 310 MIL, AC. FINANC. - F. 99191 9003/98696 7550

LP3144 APTO C/70M, 3 QTS, SUITE, SL P/02 AMBS, COZ, WC SOC, WC SERVIÇO, ARM., 1 VAGA, ELEV, LAZER COMP, R\$ 380 MIL, AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA RÁPIDO C/UM DOS NOSSOS CORRETORES, F. 991861864/999184740/98696-7550

ROSARINHO

LP 242 2QTS, STE APTO C/80M., VARANDA, SALA P/02 AMB, COZ, WC SOCIAL, DCE., TODO C/ARM., 1 VG, PILOTOS, R\$ 230MIL, AC FINANC, FONES- 99191-9003, 98696-7550

LP436 APTO NASCENTE C/175 M 4 QTS, I SUITE C/ CLOSET, WC SOCIAL, DCE, COZ, SL P/03 AMBS, DECORADO, TODO C/ARM., 2VGS, ELEVAD., SL DE FESTA, PLAY, PISCINA, 1 VG, ARM., R\$ 420MIL, AC FINANC., F. 99191-9003/98696-7550

LP 3245 IMPERDÍVEL OPOR-TUNIDADE APTO C/75M, 3QTS, STE, VARANDA, SALA P/02 AMB, COZ, WC SOC E WC SERVIÇO, NASC, ELEV, SALÃO DE FESTA, PLAY, PISCINA, 1 VG, ARM., R\$ 420MIL, AC FINANC., F. 99191-9003, 98696-7550

LP 3245 IMPERDÍVEL OPOR-TUNIDADE APTO C/75M, 3 QTS, STE, VARANDA, SALA P/02 AMB, COZ, WC SOC E WC SERVIÇO, NASC, ELEV, SALÃO DE FESTA, PLAY, PISCINA, 1 VG, ARM., R\$ 420MIL, AC FINANC., F. 99191-9003, 98696-7550

LP436 APTO NASCENTE C/175 M 4 QTS, I SUITE C/ CLOSET, WC SOCIAL, DCE, COZ, SL P/03 AMBS, DECORADO, TODO C/ ARM., 2 VGS, ELEVADOR, SALÃO DE FESTA, PLAY, PISTA COOPER, ACADEMIA, R\$ 700 MIL, ACEITA FINANC., F. 99191-9003/98696-7550

TAMARINEIRA

LP3188 APTO C/100M, 3QTS, ISTE, VAR., WC SOC, DCE, SALA P/02 AMB, ARM., ELEV, SALÃO DE FESTA, PLAY, 1 VG, R\$ 450 MIL, AC. FINANC., F. 99191-9003/986967550

TORRE

LP 3113 - OTIMA LOCALIZACAO APTO DE AREA UTIL 102M C/3 QUARTOS, I SUITE, VARANDA, TODO C/ARM., SALA C/2 AMBIENTES, DCE, SALÃO DE FESTA, PLAY, 1 VG, AC. FINANC. R\$ 330MIL, FONES - 991919003/986967550

LP225 APTO COM 70M, 2 QTS COM SUITE E CLOSET, SL P/02 AMB, WC SOCIAL, COZINHA, REFORMADO, DECORADO E MOBILIADO, 1 VG, 2 QUADRAS, 2 PLAYS, SALÃO DE FESTA, MARQUE SUA VISITA !!! - R\$ 330 MIL AC. FINANC., F. 99191 9003/986967550

LP 244 OPORTUNIDADE LINDO APTO DECORADO C/52M, 2QTS, ISTE, ARM., SALA P/02 AMB, COZ, WC SOC, VARANDA, NASC, ELEV, 1 VAGA, LAZER COMP, R\$ 365 MIL, AC. FINANC, MARQUE SUA VISITA !!! - R\$ 330 MIL AC. FINANC, TELS - 99191-9003, 98696-7550

LP 225 APTO COM 70M, 2 QTS COM SUITE E CLOSET, SAL P/02 AMB, WC SOCIAL, COZINHA, REFORMADO, DECORADO E MOBILIADO, 1 VAGA, 2 QUADRAS, 2 PLAYS, SALÃO DE FESTA, MARQUE SUA VISITA !!! - R\$ 330 MIL AC. FINANC, TELS- 99191 9003/986967550

ALEXANDRE AROEIRA/ARQUIVO FOLHA



Tricolores e alvirrubros, que já se enfrentaram em 2023, jogam amanhã rodada decisiva do Nordestão

Um déjà vu que o torcedor do Santa Cruz está ansioso para viver e os alvirrubros desejam esquecer. Na Copa do Nordeste de 2020, o Tricolor conseguiu a classificação à próxima fase do torneio na última rodada, após “roubar” vaga do Timbu do G4 do Grupo B. Algo que pode acontecer na edição deste ano.

Na Copa do Nordeste 2023, Náutico e Santa Cruz estão no Grupo B. O Timbu é o quarto, com 10. O Santa é o quinto, com nove. Para avançar ao mata-mata, o Tricolor precisa vencer e torcer pelo tropeço do Timbu ou de outros dois clubes que estão acima na tabela, casos de Sergipe (3º, com 10) e ABC (2º, com 11).

Na rodada final da primeira fase, que ocorre amanhã, às 21h30, o Náutico recebe o Ferroviário, nos Aflitos, enquanto o Santa Cruz encara o Fortaleza, no Arruda. Os demais confrontos são Bahia x CRB, Ceará x Atlético/BA, Sergipe x Sampaio Corrêa, ABC x Fluminense/PI, Campinense x Vitória e CSA x Sport.

Cenário de 2020 era parecido

Há três anos, o cenário da rodada final da primeira fase da Copa do Nordeste era parecido. O Náutico estava em terceiro lugar, com 11. O Santa Cruz era o quinto, com 10. O Timbu dependia apenas de si para avançar. O Tricolor tinha que vencer e torcer por pelo menos empates nos duelos do rival estadual e do Ceará, em quarto, com 11. A Cobra Coral também passaria com um resultado de igualdade, mas aí

o Vozão teria que ser derrotado.

Na ocasião, o Santa Cruz venceu o River/PI por 1x0, no Riachão de Jacuípe. O Náutico foi goleado por 4x1 para o Bahia, em Pituáçu, enquanto o Ceará ganhou por 2x1 do CRB, no Barradão. Vale citar que, por causa da pandemia da Covid-19, todas as partidas da reta final do Nordestão 2020 foram disputadas em sede única, na Bahia.

Como acabou classificação?

O Santa Cruz terminou a fase de grupos em quarto, com 13, enquanto o Náutico ficou em quinto, com 11, fora do mata-mata. Vitória, Ceará e Confiança completaram os classificados da chave B.

■ Enquanto tricolores desejam reviver última rodada do Nordestão 2020, alvirrubros querem esquecer “roubo” de vaga protagonizado por rival

“DÉJÀ VU” QUE ALEGRA SANTA E ASSUSTA TIMBU

SPORT

Pedido de recuperação judicial é acatado

O Sport teve ontem um pedido de recuperação judicial acatado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A medida permite a suspensão e renegociação das dívidas por um período de 180 dias. Agora, o clube rubro-negro terá 60 dias para apresentar seu Plano de Recuperação Judicial aos credores. A decisão foi assinada pelo juiz Rafael de Menezes, da 27ª Vara Cível da Capital.

Na solicitação feita à Justiça, o Sport afirmou ser responsável pela manutenção de 301 empregos diretos. Além disso, detalhou estar atravessando crise financeira, causada pela pouca receita e acúmulo de dívidas.

Suspensão do leilão da sede

Com o deferimento, o Sport vai conseguir suspender o leilão da sede do clube, que estava previsto para acontecer nos próximos dias 28 e 30, por causa de dez processos fiscais e trabalhistas. O valor do imóvel rubro-negro gira na casa dos R\$ 400 milhões. Já os débitos com o Banco Central, Caixa Econômica Federal e Fazenda Nacional são de aproximadamente R\$ 8,6 milhões.

“Declaro a essencialidade do imóvel sede, uma vez que a sua alienação inviabilizaria todas as atividades do Requerente (Sport), impossibilitando eventual retomada da atividade”, detalha um dos trechos do documento.

Em nota, o Sport destacou que o processo possibilitará “atrair um série de novos investimentos, com segurança jurídica e previsibilidade orçamentária, a fim de que o Sport retome o protagonismo entre as principais equipes do Brasil”.

O economista João Rogério Filho, da PPK Consultoria, empresa responsável pela estruturação do Plano de Recuperação do Sport, resalta que “a Recuperação Judicial permitirá ao Sport o acesso às mais modernas ferramentas de reestruturação e melhoria de sua performance financeira”.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA/EMLURB
AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA

REPUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2023 - CLI EMLURB - CONCORRÊNCIA Nº006/2023 - Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO EM ÁREAS URBANIZADAS, NA CIDADE DO RECIFE.** O valor máximo admitido para esta licitação é de : R\$ 5.135.330,10 (cinco milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentos e trinta reais e dez centavos). Local e Data de abertura: EMLURB - Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana, sito à Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 09 - Derby; **19.04.2023**, às 09:00 horas. Será facultado a participação em vídeo conferência na Plataforma Google Meets devendo os interessados se habilitarem ao sistema até 48 horas da data inaugural. A sessão será realizada na sala 03, bloco do edifício sede da EMLURB, o edital e seus anexos estarão a disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://www.recife.pe.gov.br/portalcompras/>. Recife, 20 de março de 2023. Marco Antonio de Araújo Bezerra - Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDIBA

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

O Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Mirandiba, acatando solicitação da Empresa: EWG SERVIÇOS LTDA EPP CNPJ Nº 03.792.129/000178, que solicita correção na planilha orçamentária nos itens: 8.1, 11.7, 11.8, 11.9 e 11.10 da planilha orçamentária do P. L. Nº 036/2023 - T. P. Nº 001/2023. A sessão fica suspensa para o dia: 06/04/2023 no mesmo horário e local. Mirandiba, 20 de Março de 2023.

João Batista Gomes Mariano
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Igarassu
SECRETARIA DE GESTÃO INTEGRADA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2023, COMISSÃO: CPL III - MODALIDADE/Nº: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023. Nat.: Fornecimento. Objeto: Registro de preço para eventual aquisição parcelada de 20.000 (vinte mil) cestas básicas, destinadas aos cidadãos e famílias do Município de Igarassu/PE, em situação de vulnerabilidade social, conforme previsto na Lei Federal nº 8.742/93, na Lei Municipal nº 2.802/2013 e Resolução CMAS nº 014/2017, que regulamentam a concessão de benefícios eventuais. As especificações estão contidas no Termo de Referência no Anexo A. **Valor Máximo Aceitável:** R\$ 5.587.800,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e oitocentos reais). **Início de Recebimento das Propostas:** A partir das 14h00min do dia 21/03/2023. **Fim do Recebimento das Propostas:** As 08h00min do dia 31/03/2023. **Abertura e Julgamento das Propostas:** Das 08h01min às 08h59min do dia 31/03/2023. **Início da Sessão de Disputa de Preços:** As 09h00min do dia 31/03/2023. Referência de Tempo: Horário de Brasília (DF). Local: Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br). Esclarecimentos através do e-mail: cpl.4igarassu@gmail.com. Igarassu/PE, 20 de março de 2023
Claudiane Alves de Oliveira
Pregoeira da CPL III

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 009/2023. COMISSÃO: CPL. MODALIDADE: Tomada de Preços 001/2023. NATUREZA DO OBJETO: serviço. OBJETO Contratação de empresa para construção de diversas passagens molhadas no município de Tupanatinga - PE, conforme projeto anexo. **VALOR MAXIMO ACEITAVEL** R\$ 1.076.772,66 (um milhão setenta e seis mil setecentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos), **ABERTURA DAS PROPOSTAS: 06/04/2023 às 10:00.** O edital está disponível: site ou <https://www.tupanatinga.pe.gov.br> ou através do e-mail licitacaotupanatinga@outlook.com. Fone 87 3856-1156, **Tupanatinga, 20 de março de 2023.** José Aires de Moura Alves - PRESIDENTE DA CPL.

Publicidade Legal pdf

Código do documento 1f54d62f-2a12-4af2-949b-0533313217c6



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

20 Mar 2023, 23:49:14

Documento 1f54d62f-2a12-4af2-949b-0533313217c6 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-20T23:49:14-03:00

20 Mar 2023, 23:49:31

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2023-03-20T23:49:31-03:00

20 Mar 2023, 23:49:54

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.181.55.194 (179.181.55.194 porta: 31204). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2023-03-20T23:49:54-03:00

Hash do documento original

(SHA256):96a2a63303778698f0f32fabcf66fcb8d7c035ddba1bfcd5f57326f0141565a
(SHA512):4eca60eb21e9b8bb87df342a3d2d119b62424fc2a473c1fce20e5b7b5d1aef6df28a809d5abf06e92e6160c28f5b22dfbf6ca9e852e931f0c7266a9bb255dd33

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign